

VAGOS
CASD Santa Catarina
quer continuar a crescer



ALCOBAÇA Projeto social Coz'ART já é um negócio



PADRE LINO MAIA,PRESIDENTE DA CNIS

AÇORES URIPSSA inaugurou sede na Ilha Terceira



CONSELHO GERAL

Direção da CNIS anuncia lista às eleições de 2019

A reunião do Conselho Geral, para além de outros assuntos, debruçou-se essencialmente sobre o Programa de Ação e Orçamento para 2019, documentos a levar a Assembleia Geral no próximo dia 24 de novembro.

No entanto, a informação mais relevante, por estar diretamente ligada ao futuro próximo da CNIS, veiculada na reunião foi "a decisão da Direção em apresentar uma candidatura às eleições", que terão lugar no início de 2019.

A informação foi prestada pelo próprio presidente padre Lino Maia, o que levou até a UDIPSS Aveiro demonstrar a sua satisfação pela decisão agora comunicada, "uma vez que há negociações muito importantes em curso".

Recorde-se que o mandato dos atuais órgãos sociais da CNIS está a terminar e que haverá uma Assembleia Geral Eleitoral em janeiro, estando para já agendada a reunião magna ordinária para o próximo dia 24 de novembro.

Uma outra temática abordada, já no período de intervenção dos conselheiros, foi o reembolso do IVA às instituições... ou melhor, o não reembolso.

A título de exemplo, porque foram muitas as Uniões Distritais a reportar o problema, a UDIPSS Lisboa revelou que de um inquérito realizado junto das associadas, e ao qual responderam 56 IPSS, o valor em dívida é de 1.132 mil euros. Diga-se que a resposta ao inquérito acabou por abarcar apenas cerca de 10% das instituicões associadas da UDIPSS Lisboa.

Para além deste número concerto, Setúbal informou o Conselho Geral que a dívida às IPSS do distrito reporta ao ano de 2017, sendo que a legislação em vigor impõe que o reembolso seja efetuado num máximo de 90 dias.

"Em setembro recebemos o IVA de Janeiro", queixou-se Coimbra, com Castelo Branco a sublinhar que "desde 2017 que o IVA não é pago às instituições do distrito".

Esta é uma situação que traz todos os dirigentes muito apreensivos, porque a situação começa a tomar proporções que as instituições não têm capacidade para ultrapassar, colocando em causa o seu próprio funcionamento.

A propósito da situação atual, algo conflituosa, com o Instituto da Segurança Social (ISS), que tem demandado fiscalizações e coimas de forma sem precedente nas últimas semanas, o presidente da CNIS foi claro: "O comportamento do ISS é penalizante para as IPSS e não colaborante com a CNIS".

O presidente da Direção aproveitou ainda reunião para esclarecer os conselheiros sobre a recente eleição dos órgãos sociais da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES) e da falada "possibilidade de a CNIS liderar" a novel organização.

"Não tenho condições para dirigir outra organização que não seja a CNIS", asseverou o padre Lino Maia, justificando: "Está acautelado o que sempre defendemos e estamos muito bem representados. O voto da CNIS para a formação da CPES não foi para se diluir.

Estando eu pessoalmente fora e podendo parecer que foi uma cedência, quero dizer-vos que não foi nenhuma cedência, apesar de manter o compromisso".

Quanto aos pontos iniciais da ordem de trabalhos da reunião do Conselho Geral, que decorreu no dia 22 de outubro, em Fátima, sobre o Programa de Ação para 2019 foram dadas a conhecer as linhas gerais do documento, que agora será enviado às instituições associadas para que, a 24 de novembro, seja discutido e votado.

O mesmo acontecerá com o Orçamento para 2019, que tem inscrito um total de rendimentos de 966.069,73 euros e de gastos de 960.889,06 euros, pelo que o resultado líquido apontado é de 5.180,67 euros.

Dia 24 de novembro, em Assembleia Geral ordinária, estes dois documentos estarão em discussão e, posteriormente, a votação das IPSS associadas da CNIS.



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 24 de Novembro, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 Apreciação do orçamento e programa de ação para 2019;
- 2 Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2019:
- 3 Votação do orçamento e programa de ação para 2019;
- 4 -Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia-geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Prof[®] Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 2 de novembro de 2018

Rua da Reboleira, 47 | 4050-492 PORTO

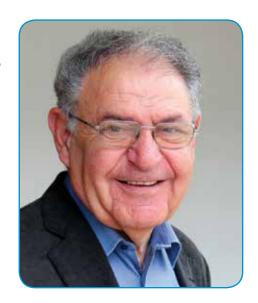
226 068 614 | 226 065 932 226 001 774

E-mail: cnisticnis.ps

www.cnis.pt | www.solidariedade.pt



Padre Lino Maia Presidente da CNIS



Os pobres e as instituições de solidariedade

1. Parece consensual que o Sector Social e Solidário é o conjunto de Associações, Cooperativas, Fundações e Mutualidades de solidariedade social, Centros sociais paroquiais, Institutos de organização religiosa e Misericórdias. Segundo o estudo sobre a "importância económica e social das IPSS", já aqui referido e que, brevemente, será apresentado em espaço que também o avalia, em Portugal (naturalmente, incluídas as regiões autónomas), em 31 de Dezembro último, havia um conjunto de 5.647 IPSS - um número que abrange também as que não integram a Cooperação mas gozam desse estatuto e todas as que, tendo sido constituídas, ou não iniciaram ou terão suspendido a sua atividade. Sendo de ereção canónica 30% das IPSS - o conjunto de Centros sociais paroquiais (1.017), Institutos de organização religiosa (219) e Misericórdias (375) não é desajustado sublinhar a importância da Igreja Católica no Sector, não só pela sua influência na génese e no desenvolvimento do Sector como pelo volume de atividade que será ainda mais expressiva. Independentemente da sua origem, IPSS de todas aquelas famílias convivem muito harmoniosamente na CNIS (que não é de ereção canónica) e todo o conjunto é um pilar muito importante do Estado Social.

Ainda, segundo esse estudo, agora finalizado, 70,47% da estrutura de rendimentos destas IPSS corresponde às contribuições dos utentes e dos acordos de cooperação celebrados, respetivamente 31,63%. e 38,84%.

2. Entre outras, duas conclusões ressaltam. Se o Sector Social e Solidário é um muito importante pilar do Estado Social, corre sérios riscos de colapso porque o Estado não está a corresponder às expectativas criadas aquando da celebração do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social (Dezembro de 1996), em que se parecia consagrar a autonomia das Instituições e se apontava uma comparticipação estatal não inferior a 50%.

A indexada percentagem das contribuições dos utentes às suas condições de recursos mostra também a preferencial opção pelos mais carenciados. Se alguns utentes, muito poucos, podem suportar os custos de frequência, a grande maioria não o pode fazer. A inclusão aconselha a coexistência de uns e de outros utentes nas respostas sociais, a vocação das IPSS aponta a preferência pelos menos favorecidos e a sustentabilidade chama o Estado às suas responsabilidades.

No que concerne à opção pelos mais carenciados, todas as Instituições de Solidariedade Social estão irmanadas. As da Igreja Católica e todas as outras. Também por isso convivem como convivem num Sector que é de todas e numa organização representativa que é para

3. Em 18 de novembro realiza-se o II Dia Mundial dos Pobres, iniciativa que nasceu no final do Jubileu da Misericórdia a pedido do Papa Francisco. Porque os mais carenciados (os pobres) são a razão de ser de todas as IPSS, quaisquer que sejam as suas origens, tem cabimento associá-las àquele Dia.

O tema da mensagem do Papa foi extraído do Salmo 34: "Este pobre grita e o Senhor o escuta". "As palavras do salmista tornam-se também as nossas no momento em que somos chamados a encontrar-nos com as diversas condições de sofrimento e marginalização em que vivem tantos irmãos e irmãs nossos que estamos habituados a designar com o termo genérico de 'pobres', explica o Papa.

Gritar. O que emerge desta oração, prossegue Francisco, é o sentimento de abandono e de confiança num Pai que escuta e acolhe. O salmo caracteriza com três verbos a atitude do pobre e a sua relação com Deus. Antes de tudo, "gritar". A condição de pobreza não se esgota numa palavra, mas torna-se um grito que atravessa os céus e chega até Deus. Num Dia como este, somos chamados a fazer um sério exame de consciência, de modo a compreender se somos verdadeiramente capazes de escutar os pobres, pois é do silêncio da escuta que precisamos para reconhecer a

Responder. Um segundo verbo é "responder". O Senhor, diz o salmista, não só escuta o grito do pobre, como também responde. A sua resposta é uma participação cheia de amor na condição do pobre.

A resposta de Deus é também um apelo para que quem acredita nele possa proceder de igual modo, dentro das limitações do que é humano.

"O Dia Mundial dos Pobres pretende ser uma pequena resposta que, de toda a Igreja, dispersa por todo mundo, é dirigida aos pobres de todos os tipos e de todas as terras para que não pensem que o seu grito tenha caído no vazio. Provavelmente, é como uma gota de água no deserto da pobreza; e, contudo, pode ser um sinal de partilha para com os que estão em necessidade, para sentirem a presença ativa de um irmão e de uma irmã.

Libertar. Um terceiro verbo é "libertar". O pobre da Bíblia vive com a certeza que Deus intervém a seu favor para lhe restituir a dignidade. A pobreza não é procurada, mas é criada pelo egoísmo, pela soberba, pela avidez e pela injustiça. Males tão antigos como o homem, mas mesmo assim continuam a ser pecados que implicam tantos inocentes, conduzindo a consequências sociais dramáticas.

Francisco cita a falta de meios elementares de subsistência, a marginalidade, as diversas formas de escravidão social apesar dos progressos levados a cabo pela humanidade...

Marca da alegria. O Papa denuncia a aversão aos pobres, considerados não apenas como pessoas indigentes, mas também como gente que traz insegurança, instabilidade e desorientação. E na verdade, são os primeiros a estar habilitados para reconhecer a presença de Deus e para dar testemunho da sua proximidade na vida deles.

Francisco manifesta o desejo de que este Dia fosse celebrado com a marca da alegria pela redescoberta capacidade de estar juntos. O Pontífice aprecia a colaboração com outras instituições fora da Igreja, recordando que os verdadeiros protagonistas são o Senhor e os pobres. "Quem se coloca ao serviço é instrumento nas mãos de Deus para fazer reconhecer a sua presença e a sua salvação."

Beleza do Evangelho. O Papa conclui sua mensagem com uma palavra de esperança: "Muitas vezes, são os pobres a colocar em crise a nossa indiferença, filha de uma visão da vida demasiado imanente e ligada ao presente. (...) É na medida em que somos capazes de discernir o verdadeiro bem que nos tornamos ricos diante de Deus e sábios diante de nós mesmos e dos outros. É na medida em que se consegue dar um sentido justo e verdadeiro à riqueza, cresce-se em humanidade e torna-se capazes de partilha".

II ENCONTRO NACIONAL DE IPSS PROMOTORAS DE SAÚDE

É premente a mudança para um modelo centrado na pessoa

O II Encontro Nacional IPSS Promotoras de Saúde traduziu-se num autêntico fórum de diálogo interinstitucional, com a participação ativa de várias IPSS e outras entidades que estiveram representadas em Fátima. Das diferentes intervenções e do profícuo debate gerado, a CNIS coligiu uma série de conclusões, que agora servirão para robustecer as posições negociais da CNIS e o apoio que esta pode prestar às associadas.

Do longo dia de trabalho emergiu um vasto conjunto de ideias e propostas, que a CNIS deu corpo num documento em que as conclusões surgem divididas por seis itens: Estudo «Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS»; Referenciação e Continuidade dos cuidados; Articulação intersectorial; Formação e informação; Avaliação, qualidade e sustentabilidade; e Necessidades futuras.

O SOLIDARIEDADE dá aqui conta de algumas das 35 conclusões do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde, publicando o documento na integra no sitio da internet www. solidariedade.pt.

Assim, no âmbito do ESTUDO «DIAGNÓSTICO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO SERVIDA PELAS IPSS ASSOCIADAS DA CNIS», constata-se que "atualmente, para além das respostas sociais e socioeducativas, as IPSS são solicitadas a dar respostas de saúde à população que servem, desde a Creche à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, do Serviço de Apoio Domiciliário ao Lar Residencial, entre outras", concluindo-se que "na população servida pelas IPSS o diagnóstico de saúde não se afasta da realidade portuguesa, onde o aumento da esperança de vida, as novas realidades demográficas, sociais, culturais e familiares e o envelhecimento têm associados altos níveis de morbilidade, comorbilidade e multimorbilidade, e em que os níveis de dependência, da dependência funcional, incapacidade e vulnerabilidade, nomeadamente das pessoas mais idosas, são uma realidade quotidiana para os estabelecimentos e equipamentos que lhes prestam apoio e cuidados, a exigirem cada vez mais recursos, face às necessidades detetadas e a satisfazer".

Por outro lado, sendo a saúde "transversal em todas as tipologias de respostas das IPSS", "o Sector Social e Solidário confronta-se, cada vez mais, com a necessidade de prestar cuidados/dar assistência de saúde, ainda que historicamente lhe esteja maioritariamente atribuída a função de cuidar das crianças/jovens, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, nas respostas sociais e socioeducativas".

Por fim, "salienta-se o papel pioneiro da



CNIS na realização deste diagnóstico de saúde, num processo de abertura sem paralelo para o Sector Social e Solidário, na disponibilidade para acolher novas dinâmicas e estratégias e na valorização da mudança e da inovação".

No que toca à REFERENCIAÇÃO E CONTINUIDADE DOS CUIDADOS as dificulda-

Quanto aos processos de referenciação para as redes nacionais de cuidados continuados integrados, de saúde mental e de cuidados paliativos, exige-se "uma atenção especial para a sua adequação e operacionalização, sublinhando-se que "a referenciação incorreta - causada, nomeadamente, por inexistência de vagas nas unidades mais adequadas e geograficamente mais próximas - acarreta constrangimentos diversos às UCCI (Unidade de Cuidados Continuados Integrados) com um impacto muito significativo na sua sustentabilidade".

Importante, sustenta a CNIS no documento,

é "assegurar a existência de outro tipo de respostas na comunidade que permitam acolher os utentes quando estes já não necessitam dos cuidados prestados pelas UCCI".

Já no âmbito da RNCCISM - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, "concluiu-se pela dificuldade em operacionalizar a autonomia, por inexistência de respostas na comunidade que possam cuidar e garantir a existência de um acompanhamento" preventivo.

Já no que respeita à ARTICULAÇÃO INTERSECTORIAL, foi unânime que uma "melhor articulação" entre todos os agentes envolvidos, seja entre Saúde e Segurança Social, seja entre utentes, famílias, trabalhadores, poder central e local e comunidade em geral é fundamental.

Outro aspeto destacado nas Conclusões do II Encontro Nacional IPSS Promotoras da Saúde é a área da FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO.



"Torna-se premente a criação de um plano de formação para as instituições que têm UCCI, descentralizado e ajustado às diferentes realidades e necessidades regionais e locais" e ainda "o reforço e continuidade das ações já desenvolvidas pela CNIS em interação e parceria com as IPSS e outras entidades"

Por outro lado, há que estimular a "utilização da plataforma ROTASS - Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário para partilha de informação, procedimentos e boas práticas".

AVALIAÇÃO, QUALIDADE Sobre SUSTENTABILIDADE constata-se a "existência de deficiências no planeamento, não havendo uma cobertura uniforme em todo o país em Cuidados Continuados Integrados", havendo ainda a "necessidade de repensar a dimensão das UCCI (subdimensionadas face à razoabilidade financeira), o número de camas (reajustamento da base de cálculo para o número de camas necessário), a sua distribuição por NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos)" e de estudar "o custo médio de utente por complexidade e tipologia".

Há ainda uma chamada de atenção para os rácios de pessoal, que "consideram-se desajustados, onerosos para as instituições e sub-comparticipados".

Por outro lado, reconhecida a urgência em "medir o impacto financeiro dos custos de saúde no funcionamento das IPSS", está plasmado nas Conclusões que "a qualidade de respostas, serviços e cuidados que as pessoas apoiadas e cuidadas pelas IPSS merecem e exigem, implica necessariamente mais e melhores recursos, para se promover o integral respeito pela dignidade das pessoas".

A CNIS e suas associadas concluem que a sustentabilidade das instituições é posta em causa sempre que não há boa cobrança.

Ou seja, "sendo a comparticipação dos utentes definida pela Segurança Social, e não existindo um acompanhamento mensal por parte das instituições que permita uma cobrança atempada, e considerando as dificuldades económicas dos utentes, estes acumulam dívidas significativas que comprometem a sustentabilidade" das IPSS.

Por fim, no último «capítulo» das conclusões do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde são abordadas as NECESSIDADES FUTURAS.

"É premente alterar a conceção do modelo, centrado na resposta, para um modelo centrado na pessoa. As IPSS têm vindo a fazer um percurso e um enorme esforço de adequação e humanização das respostas, para centrar os cuidados na pessoa e não apenas na «doença» ou na «deficiência»". Esta é a primeira conclusão deste item, que olha o futuro nos olhos.

"As crescentes necessidades em saúde e o subfinanciamento existente, permitem salientar a necessidade de reformas, que devem assentar num conjunto de medidas desenvolvidas em parceria entre as IPSS, os ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, como a expansão e melhoria da RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados) e de outros serviços de apoio às pessoas em situação de grande dependência, determinante no combate às situações de pobreza,





assim como de promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida familiar e na proteção na dependência", pelo que "o investimento deve direcionar-se para a qualificação e diversificação da oferta de serviços e equipamentos sociais e de saúde, de qualidade, flexibilizando e maximizando a capacidade instalada, em particular das estruturas residenciais ou de apoio para idosos, crianças e jovens, tirando partido da sua proximidade aos cidadãos e às famílias".

Assumindo ser "um parceiro indispensável do Estado na prestação de cuidados de saúde e apoio social, desenvolvendo respostas na e para a comunidade, próximas dos cidadãos, das famílias e dos prestadores diretos de cuidados de saúde e respondendo às diferentes necessidades da população", as IPSS consideram "premente uma maior aproximação e articulação entre as instituições do Sector Social e Solidário e os organismos públicos, nas áreas da saúde e segurança social, tendo em vista o desenvolvimento e a garantia da prestação de cuidados e serviços a todos os cidadãos".

Outra ideia estruturante, e que encerra as Conclusões do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde, é a da necessidade de "disseminar o papel e a importância do Sector Social e Solidário no cumprimento do desígnio do Estado na garantia do acesso e da universalidade dos cuidados de saúde e do apoio social".

É preciso dar a conhecer o bem e muito que se faz pela saúde da população nas IPSS, da infância à terceira idade, passando pelas pessoas com deficiência e ainda pelos mais carenciados da sociedade.

S

REEMBOLSO DO IVA

IPSS desesperam com atrasos que reportam a ano de 2017

Na edição de julho do corrente ano, numa espécie de ponto da situação sobre diversas matérias que distanciam uma parceria que se quer estreita e cooperante, o SOLIDARIEDADE dava conta de vários constrangimentos que as IPSS vêm sentindo na sua relação com o Estado, alguns dos quais que colocam seriamente em risco a sustentabilidade e solvibilidade das próprias instituições.

Passados estes meses, a situação não apresenta melhorias, tal como a situação económico-financeira das instituições, que sofrem efeitos nefastos no equilíbrio financeiro, sendo que as alterações ao processo de pedido de restituição do IVA e persistente demora no reembolso têm igualmente colocado muitos problemas às instituições.

"As regras foram alteradas para o pedido de restituição do IVA, que agora é feito através da plataforma online da Autoridade Tributária. No entanto, a Segurança Social ainda justifica ser necessário o envio de cópias das faturas, em papel ou por via digital. A CNIS teve conhecimento de algumas discrepâncias ao nível dos diferentes distritos e até de ausência de informação às IPSS, que não sabiam como efetuar o pedido. Por isso, oficiou o Instituto da Segurança Social (ISS) sobre a matéria e a informação que obteve é que existe uma orientação técnica junto dos Centros Distritais para darem cumprimento a esta exigência, estando previsto que em 2019, com o início do Simplex, esta questão deixe de existir", explicava, na altura, João Dias, presidente-adjunto da CNIS.

O que se passa é que parece haver uma desconfiança do Estado sobre as IPSS, maior do que aquela que tem para com os demais contribuintes, pois a estes só exigida a apresentação de faturas em caso de fiscalização.

Ou seja, às IPSS, para além de as faturas terem que constar da plataforma e-Fatura, da Autoridade Tributária (AT), é exigido o envio das mesmas, em papel ou digitalizadas, para que os serviços do ISS verifiquem, uma a uma, se os itens que nelas constam são alvo do beneficio fiscal.

O problema é que os serviços do ISS não têm capacidade de, em tempo útil (os tais 90 dias que a legislação impõe), despachar todo o expediente, pelo que os atrasos nos reembolsos são constantes e demasiado demorados.

Há um vastíssimo número de IPSS espalhadas pelo país que não recebem o IVA devido desde 2017. Diga-se que o ano de 2018 já teve três blocos de 90 dias, o prazo que o Estado deveria ter como limite para reembolsar as instituições.

No último Conselho Geral da CNIS surgiram inúmeras denúncias desta situação, com a UDIPSS Lisboa a revelar o resultado de um inquérito realizado junto das associadas, e ao



qual responderam 56 IPSS (cerca de 10% das associadas), em que o valor em dívida é superior a um milhão de euros.

Para além deste número concerto, a UDIPSS Setúbal deu conta que a dívida às IPSS do distrito reporta ao ano de 2017.

"Em setembro recebemos o IVA de Janeiro", revelou Coimbra, com a UDIPSS Castelo Branco a sublinhar que "desde 2017 o IVA não é pago às instituições do distrito".

Esta é uma situação que traz todos os dirigentes muito apreensivos, porque a situação começa a tomar proporções que as instituições não têm capacidade para ultrapassar, colocando em causa o seu próprio funcionamento.

A CNIS realizado diversas démarches junto do Estado, tendo já oficiado por variadas ocasiões o ISS, tendo reportado a situação nos devidos fóruns e questionado o ISS quanto à demora na validação das faturas e reembolso do IVA.

Porém, "até ao momento não houve qualquer resposta", disse fonte do Gabinete Técnico, que acrescentou: "A questão foi colocada pelo representante da CNIS na última reunião da Comissão Nacional de Cooperação e a resposta que obteve foi que a volumetria das faturas impede que haja um tratamento célere. Então, o que foi sugerido foi que os representantes das instituições as sensibilizassem para arranjarem faturas mensais em vez de faturas diárias".

Ora ninguém crê que um produto, como, por exemplo, o pão, seja faturado pelo fornecedor



ao dia, tal como outros produtos de consumo diário!

No entanto, acresce referir que, apesar dos atrasos generalizados, é no reembolso do IVA de obras que os maiores constrangimentos se fazem sentir, até porque envolve valores mais significativos.

Recorde-se que as IPSS têm direito ao reembolso de 50% do IVA dos produtos alimentares, sem que haja qualquer limite, e igualmente de 50% no IVA de obras, mas aqui há limites a respeitar.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)



URIPSSA INAUGURA NOVA SEDE NA ILHA TERCEIRA

Compromisso assumido em nome da união de todas as IPSS dos Açores

Fica no 4A da Rua da Estrela, na Praia da Vitória, Ilha Terceira, Açores, a nova sede da URIPSSA -União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, que em meados do passado mês de outubro foi inaugurada.

'Queremos com a inauguração deste espaço promover uma maior aproximação dos nossos associados e ser uma ferramenta essencial de trabalho e apoio", começou por dizer o presidente da URIPSSA, João Canedo, numa cerimónia que serviu ainda para dar a conhecer a imagem renovada por um logotipo moderno, um novo local de trabalho próprio e ainda um sítio eletrónico de apoio informativo às IPSS associadas.

Para o líder da URIPSSA, a união e parceria entre os diferentes agentes da ação social no arquipélago é o caminho a seguir.

"Acredito que ao estarmos todos unidos procurando melhorar a nossa prestação, tendo sempre por base uma gestão rigorosa e fomentando a autossustentabilidade, com profissionais qualificados e motivados, iremos ter IPSS fortes e coesas não descurando o apoio, indispensável, dos nossos parceiros para podermos apoiar ainda mais a nossa comunidade mais desfavorecida", sublinhou João Canedo, recordando o percurso feito pela atual Direção da União Regional: "Primeiramente, contactando com todas as IPSS, posteriormente apresentamo-nos à CNIS, onde somos associados, como também, estabelecemos contacto com as Secretarias do Governo Regional dos Açores, onde somos um parceiro ativo na prestação de serviços de qualidade à nossa comunidade em geral. Acho que ao estabelecer parcerias com todos os intervenientes das causas sociais dos Açores, desde Governo Regional aos municípios, IPSS e comunidade em geral, podemos ir de encontro às necessidades apresentadas pela nossa comunidade, de forma a dar uma resposta adequada".

Na cerimónia de inauguração, João Canedo aproveitou para fazer uma espécie de declaração de compromisso: "A URIPSSA compromete-se a estar sempre presente nas representações a que for solicitada e que será uma voz ativa de todos os seus associados, tanto nas negociações com o Governo Regional dos Açores, através das referidas Secretarias, como com os sindicatos, intervindo na própria altura, ou expondo o seu parecer".

E de olhos postos no futuro, o presidente da URIPSSA anunciou "uma parceria com o município da Praia Vitória", acrescentando ainda o estabelecimento de um "protocolo com uma empresa



de formação, que desenvolve programas informáticos desenhados para as IPSS".

A propósito do novo site (www.uripssa.com), João Canedo defendeu que a comunicação e a partilha de informação com as associadas é uma prioridade, daí a criação da "plataforma informática que irá traduzir-se num elo de ligação, transmissão e colaboração entre todos, tornando-se num apoio na disponibilização de informação para as IPSS, a nível de legislação, noticiário, eventos, minutas de documentos relevantes e de toda a informação que as instituições acharem pertinente para ser implementada na referida plataforma".

COMPENSAÇÃO REMUNERATÓRIA DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA

Instituições devem agora proceder às devidas correções das candidaturas

Encerrados que estão os períodos de preenchimento e submissão das candidaturas e ainda o de consulta e análise das mesmas, as instituições que viram os seus processos deferidos têm até ao próximo dia 23 de novembro para efetuar as devidas correções.

Este é o momento para corrigir todos os erros detetados na candidatura, sejam os apontados pelo IGEFE relativamente a ausências ou os verificados pelas instituições após a submissão.

Posteriormente, de 24 de novembro a 7 de dezembro, decorrerá o período de reclamação, aquele em que fica disponível na plataforma o documento com o cálculo provisório da compensação a atribuir, devendo as instituições verificar se o mesmo está correto e, se necessário, contestarem o valor atribuído.

Se até 7 de dezembro as instituições não apresentarem eventuais alegações em contrário, será disponibilizada na plataforma a decisão final. Após esta data é encerrada a participação das instituições no PEDEPE para o ano letivo 2017/2018, não havendo lugar a correções e/ou submissões de candidaturas.

Este foi um aviso para todas as IPSS, com a resposta de Pré-Escolar, para a Compensação Remuneratória dos Educadores de Infância

No âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (PEDEPE) para o ano letivo 2017/2018, o Estado compromete-se a apoiar financeiramente as instituições em que a remuneração mensal média dos educadores de infância seja superior a 1.154,70 euros.

Sendo este apoio objeto de candidatura a submeter ao Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGEFE), apenas são elegíveis as instituições que têm acordo de cooperação com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social (MTSSS) e Ministério da Educação (ME), o apoio financeiro traduz-se na compensação da diferença entre a



remuneração média mensal dos educadores de infância do pré-escolar e o valor de referência de 1.154,70 euros, sendo pago em 12 mensalidades (setembro a agosto), reportadas a 14 prestações mensais, acrescido do adicional para compensação dos encargos legais com a Segurança Social e com a cobertura dos riscos de acidente de trabalho e doença profissional.



COMISSÃO DE APOIO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA, VAGOS

Projeto de uma ERPI pretende dar resposta a deficientes com mais de 65 anos

Nasceu em termos formais em 1992 e começou a funcionar, numa casa cedida para o efeito, em setembro de 1993. A Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina, no concelho de Vagos, tem, desde então, crescido em respostas à comunidade nas áreas da infância, idosos e deficiência, sendo que é esta última que lhe dá dimensão. Instituição de referência na região, os seus dirigentes ambicionam mais e querem construir uma ERPI para responder aos deficientes com mais de 65 anos.

A Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina, no concelho de Vagos, surgiu, como diz o seu presidente, Mário Martins, "por vontade de algumas pessoas que apostaram neste projeto e porque sentiram a necessidade da sua existência".

Mário Martins recorda que, "até contra ventos políticos, as pessoas foram capazes de se juntar e pegar, 50 delas, em 50 contos (250 euros) cada para pagar a compra do primeiro terreno".

O proprietário começou por vender apenas metade do vasto terreno, mas permitiu que a instituição o utilizasse na totalidade, deixando ainda uma outra garantia: "Disse-nos que se, entretanto, morresse o terreno seria todo nosso. Ele teve um gesto muito generoso, porque nós arrancámos em 1993 com a creche, mas queríamos logo começar a desenvolver o projeto de construção de instalações próprias. Então, pudemos fazer a escritura do terreno todo, com o compromisso de que lhe devolveríamos a parte que era dele. Pouca gente fazia e faz isto".

Ao longo dos anos, desde 1993 a 2010, a instituição foi alargando as suas valências e as suas instalações, diversificando as respostas sociais, que agora abrangem as áreas da infância, terceira idade e deficiência.

"Quando arrancámos não tínhamos nenhumas condições. Contámos com a boa vontade meritória de uma família que nos cedeu uma casa, em que a família fez algumas obras para a podermos utilizar, com o compromisso de a deixarmos como estava e onde estivemos nove anos. O jardim de infância começou por funcionar numa sala da Junta de Freguesia e, pela incapacidade da casa cedida acolher tanta gente, o ATL ainda ocupou um espaço comercial devoluto. As necessidades andaram sempre à frente das condições. A satisfação dessas necessidades ajudou e muito a conseguirmos, depois, as condições".

Também o primeiro CAO da instituição ocupou uma casa, cedida por uma paroquiana de Santa Catarina, que pediu apenas em troca um emprego. Esse CAO de Mesas ainda hoje funciona nesse espaço e é frequentado por 15 utentes.

De resto, nas demais respostas sociais, a



instituição acolhe e apoia no seu complexo quase 200 utentes – Creche (20), Pré-escolar (22), ATL (20), SAD (40), Centro de Dia (15), CAO (30), Lar Residencial (26) e Residência autónoma (cinco).

"Fomos uma das duas primeiras instituições do concelho de Vagos a ter SAD, que começou em setembro de 1996 e era feito de bicicleta e sem acordo com a Segurança Social", recorda Mário Martins, que retrata a comunidade que a instituição serve como "muito carenciada".

"Isto é um meio essencialmente rural, apesar de muitas pessoas já trabalharem na indústria que tem tido algum incremento no concelho, mas é um meio muito carenciado. No momento de estabelecer as mensalidades temos que fixar valores muito baixos para servir a população. Isto condiciona a sustentabilidade da instituição, porque, por exemplo, a nível da infância, à exceção do pré-escolar, as respostas são deficitárias. Elas só são sustentáveis se a capacidade estiver ocupada, caso contrário não o são, porque os custos fixos são



quase os mesmos", sublinha, acrescentando ainda a situação do Centro de Dia: "Também é bastante deficitário, apesar de estar completo. A Segurança Social pensa que basta ter uma técnica, uma animadora a meio tempo e uma auxiliar para apoiar, mas não é assim. Hoje, a qualidade do serviço que prestamos torna essa resposta muito deficitária. Aquilo que recebemos do Estado e dos utentes paga pouco mais de metade da resposta, porque temos mais funcionários do que o protocolo exige, porque



o que ali consta não chega para o serviço que prestamos, uma vez que não nos resignamos a fazer o serviço mínimo".

Neste quadro, "em termos de sustentabilidade, a situação financeira da instituição é má, à semelhança de muitas instituições deste país", afirma, justificando: "E é má, não porque a gestão diária seja deficitária, mas porque, desde 2009 até 2014, investimos mais de um milhão e 600 mil euros e, hoje, os créditos obtidos junto da banca para esse esforço de investimento, estão a pesar de tal forma no nosso orçamento que nos tornam pouco sustentáveis. Solicitámos, entretanto, um Fundo de Socorro Social para reequilibrio financeiro, para corrigirmos este défice, e temos a visão que somos uma instituição sustentável a prazo".

E são os investimentos já feitos e a vontade de servir cada vez melhor a comunidade, que leva os dirigentes da Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina a olharem o futuro com esperança e a lançar novos projetos.

"Esta instituição chegou a este patamar, para descontentamento de alguns, em resultado de muita coragem, muito trabalho e muito risco. Parte dos créditos que obtivemos junto da banca só foram possíveis com a fiança de cinco elementos dos corpos sociais, pelo que existe uma vontade e uma resiliência muito grande que nos permitiu chegar aqui", sublinha Mário Martins, revelando: "Nunca nos faltaram projetos, até porque temos este terreno com 50 mil metros quadrados e tendo terreno poderíamos desenvolver os projetos que entendêssemos. Não tendo os terrenos nunca poderíamos avançar com projetos. Essa foi a prioridade, mas conseguimos adquirir uma parcela de terreno significativa, que apesar de estar junto ao centro da freguesia era muito desvalorizada, mas apostámos nele valorizando-o".

É nesse sentido que a instituição gostaria de apostar na construção de uma ERPI, mas os constrangimentos financeiros travam para já o sonho.

"Temos um outro projeto, já aprovado, que é o que nos falta para concluir o grande projeto e que passa pela construção de uma ERPI (para 40 idosos) e sala de convívio. Temos o alvará de licença de construção, mas faltam-nos 1,5 milhões de euros para avançar com a obra. Já foi duas vezes candidato ao POPH, mas não foi contemplado, porque o concelho de Vagos na terceira idade, ao contrário da deficiência, tem uma cobertura acima da média nacional, pelo que não é um projeto prioritário. A nossa intenção é não desistir e tentar encontrar outras soluções para o podermos concretizar".

Aliás, a instituição anda sempre atrás de candidaturas, tendo já sido contemplada por duas ocasiões com o prémio BPI Capacitar: um da Asinoterapia, com os burros mirandeses (2015), e o CASDSC Terapêutica (2017), que visa ir ao encontro dos utentes com necessidades especiais.

Convencido de que "é uma resposta que pode ser sustentável", Mário Martins justifica a necessidade de uma ERPI com as diretivas da Segurança Social, a quem lança uma crítica.

"A Segurança Social mudou as regras a meio do jogo e isso cria alguns problemas. Os utentes de CAO com mais de 65 anos não



podem estar no CAO. Os lares residenciais que não podem ter o deficiente com mais de 65 anos, porque tem que ir para uma ERPI. E eu pergunto aos senhores da Segurança Social: Como pode ser assim, quando um utente já está na instituição há 10 anos ou mais, perfeitamente integrado e agora tem que ir para uma realidade completamente nova? Muitos nem família têm. Se tivéssemos a resposta de ERPI seria tudo muito mais simples", assevera, acusando: "Isto tem tudo que ver com números, porque como o Estado paga mais pelas vagas no Lar Residencial do que na ERPI, então há que enviar os utentes para as ERPI. Mas eles é que terão que arranjar lugar para esses utentes, porque nós não temos resposta. Isto não é forma de tratar as pessoas com dignidade e humanidade".

Mário Martins sustenta que "é a deficiência que dá dimensão à instituição, uma área que trabalha desde 1999, numa altura que em Vagos não existia nada nesta área".

Aproveitando a ruralidade que envolve a instituição, há "um outro projeto que está em stand-by, e que é talvez o mais importante, é a criação de uma quinta ambiental e pedagógica em que a principal razão passa pela preservação da paisagem natural e que implica a aquisição de 50 hectares de terreno para juntar a alguns que já a instituição já possuí", revela, considerando: "Esse seria um projeto importante, onde teríamos atividades com animais, porque para além dos burros, temos carneiros e suínos. O projeto passa ainda por fazer agricultura biológica e apicultura".

Por outro lado, a instituição tem ainda uma forte produção hortícola, donde saem 80% dos produtos consumidos pelos utentes e funcionários.

Em tempos, a instituição teve também um SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social), mas Mário Martins mostra o seu descontentamento com as decisões tomadas, deixando inclusive críticas à CNIS.



"Em tempos tivemos um SAAS, mas isso deixou-nos muito indignados. Durante o Governo de Passos Coelho foi decidido fazer 12 projetos-piloto do chamado RLIS. Então, as instituições que tinham o SAAS não podiam assumir a RLIS, ou seja, tinham que deitar fora o know-how acumulado ao longo de 14 anos de trabalho em favor de entidades que nunca tinham trabalhado nesse tipo de respostas, sem acautelar até os trabalhadores. Esses 12 projetos pilotos foram distribuídos União das Mutualidades (um), CNIS (três) e União das Misericórdias (oito). Isto quando o número de associadas é muito maior da CNIS face às demais organizações", argumenta, continuando: "Isso levou-me a uma AG da CNIS e a dizer claramente, para descontentamento de algumas pessoas, que entidades de classe que não conhecem os seus associados, não sabem o que eles fazem, onde fazem e como fazem não servem para nada. Ninguém de boa fé pode ficar contente que, depois de 14 anos de trabalho, lhe retirem uma valência para a entregar a outra entidade do mesmo concelho que nunca trabalhou naquilo. E voltei a dizer isto ao padre Lino Maia, porque uma entidade de classe tem que defender os seus associados e penso que a CNIS não defendeu os interesses da sua associada em Vagos, que até tem maior dimensão do que a Santa Casa que recebeu a RLIS! Não ficámos nada satisfeitos com esta situação".

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

ORÇAMENTO DE ESTADO 2019

Governo destina cinco mil milhões de euros para o combate à pobreza

O Governo destinou mais de cinco mil milhões de euros no Orçamento do Estado para 2019 para o combate à pobreza, prevendo o reforço do abono de família e o aumento do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), entre outros.

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social esteve no Parlamento a apresentar o Orçamento da Segurança Social (OSS), entretanto aprovado na generalidade, onde apontou que há uma preocupação com o combate à pobreza, desde logo com a melhoria da proteção social.

De acordo com a informação presente no documento apresentado aos deputados, e distribuído aos jornalistas, o OSS prevê 5.012,3 milhões de euros para o combate à pobreza, entre 30,4 milhões de euros para o aumento do valor do IAS ou 26,5 milhões de euros para o Orçamento Programa para novos lugares acordo.

Por outro lado, estão previstos 792,1 milhões de euros para o abono de família, mais 63,4 milhões de euros do que no OE de 2018,

destinados ao reforço desta prestação social para crianças nas primeira e segunda infâncias.

Nesta medida, o OSS pretende que os mais de 63 milhões de euros sirvam para chegar a mais 130 mil crianças por ano com a conclusão do aumento gradual do abono para as crianças entre os 12 e os 36 meses, de maneira a que em julho de 2019 o valor seja igual ao que é atribuído às crianças até aos 12 meses.

Haverá ainda o aumento do abono de família para as crianças entre os quatro e os seis anos de idade, abrangendo 200 mil crianças por ano.

Ainda no abono de família, o Governo quer fazer a majoração para os segundos ou mais filhos, desde o nascimento e até aos 36 meses, o que deverá beneficiar mais 25 mil crianças por

Já a Prestação Social para a Inclusão (PSI), destinada a pessoas com deficiência e um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, terá uma verba de 447,2 milhões de euros, mais 153 milhões de euros do que no ano passado, o que representa uma variação percentual de 52%, o

maior aumento entre os orçamentos de 2018 e

No que diz respeito ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), o Governo destinou 265 milhões de euros, mais 45,5 milhões de euros do que no orçamento de 2018, o que vai servir para "consolidar o alargamento do CSI no combate à pobreza dos pensionistas de invalidez que não beneficiem da Prestação Social para a Inclusão".

A ação social vai ter 1.919,4 milhões de euros, mais 125,2 milhões de euros do que em 2018, enquanto a cooperação tem destinados 1.531,7 milhões de euros, mais 28% do que o OSS de 2018.

Especificamente em relação aos acordos de cooperação (PROCOOP), o Governo prevê que sejam estabelecidos 461 acordos, entre 89 novos e o alargamento dos outros 372, para os quais estão previstos 20,7 milhões de euros, que irão beneficiar 5.549 utentes.

Entre junho e julho, foram apresentadas 830 candidaturas ao PROCOOP 2018, das quais 562 foram admitidas.











PADRE LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

"Eu aceito continuar se for essa a vontade das IPSS"

Aos 71 anos, após quatro mandatos consecutivos na liderança da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, o padre Lino Maia manifestou a disponibilidade para continuar. Com a mesma humildade de sempre diz que nunca foi candidato, na medida em que nunca foi objetivo seu ser presidente da maior organização da Economia Social em Portugal. Apenas aceita continuar a prestar um serviço aos mais desfavorecidos, razão primordial para a primeira candidatura há 12 anos e motivo para liderar, mais uma vez, a lista institucional da direção da CNIS nas próximas eleições, em janeiro de 2019. O programa eleitoral é simples: não interromper o caminho que a CNIS traçou para defender os que mais precisam; evitar a fragmentação da organização; denunciar o ataque sistemático ao Setor Social Solidário; convencer o Estado de que tem que reforçar o apoio que presta às IPSS através dos acordos de cooperação; preparar o futuro.

JORNAL SOLIDARIEDADE - A direção da CNIS apresenta uma lista institucional às eleições marcadas para janeiro. Ao cabo de 12 anos o padre Lino decide recandidatar-se a mais um mandato...

PADRE LINO MAIA - Eu não sei se a CNIS precisa de mim. Sei que o país precisa da CNIS. Desta direção, da estrutura e dos serviços da CNIS. Disso não tenho a menor dúvida. Não digo que a CNIS tem um bom presidente, mas tem uma excelente direção, de gente competente, disponível, que abraçou este projeto com entusiasmo e dedicação. Para além disso, ao servico da CNIS, do país, das instituições, deste setor social solidário, há um grupo de assessores que é do melhor que existe. Há uma estrutura montada que é de facto muito boa, gente discreta, mas eficaz, competente, dedicada e que está de alma e coração ao serviço do setor, das pessoas, do país. É importante que isto não entre em turbulência, que continue. Eu olho para o momento atual, e concretamente para um estudo que vai ser apresentado em breve, num palco muito importante, que mostra que o Estado não está a corresponder como deveria a este setor. Os utentes das instituições são os mais carenciados e são os que menos contribuem, por impossibilidade e talvez algum laxismo de algumas famílias. A contribuição tem diminuído e é preciso enfrentar esta situação com coragem e determinação. O setor é um pilar fundamental do estado social e ameaça rutura, ameaça ruína. Julgo que neste momento com os dirigentes que tem, os assessores que tem, a estrutura que tem, a CNIS está em condições de enfrentar estes desafios e dificuldades e fazer com que este setor, que é único num contexto europeu, continue a privilegiar os que mais



precisam com respostas bem solidificadas, bem estruturadas e apoiadas.

Deve ter sido uma decisão dificil. A sua primeira intenção era de não continuar...

Eu vou sempre dizendo que não sou candidato. O candidato é alguém que quer. Eu aceito continuar se for essa a vontade das instituições. Aceito numa atitude de serviço. É o segundo momento mais dificil deste percurso. O primeiro foi aquele em que entrei na liderança da Confederação, pelas circunstâncias específicas

conhecidas. Já então dizia que não era candidato, mas aceitava o desafio e agora, fica mal dizer, mas tendo estado ao serviço deste grande movimento, penso que seria a hora de me retirar. Pelas razões que apontei e depois porque talvez seja este o momento de preparar futuros lideres deste movimento, criando condições para que eles surjam sem turbulências. É também uma obrigação de um líder. Neste mandato, caso seja eleito, é importante que se preparem as condições para o surgimento de pessoas que possam vir a assumir a liderança no futuro.

S

Que vão conhecendo este setor, tomando o pulso à CNIS, para que não haja turbulências.

No passado teve uma oposição eleitoral aguerrida. As coisas mudaram. Ficaria surpreendido que surgisse mais alguma lista nestas eleições?

Poderá surgir e é sempre bom que haja alternativas para se escolher o melhor. Aqui não há vencedores nem vencidos. Há um serviço a prestar. Neste momento há ainda outra razão que me leva a ponderar a disponibilidade para a continuidade. Em alguns espaços deste país parece haver apetência por algum entrincheiramento de grupos fechando-se a este grande universo de instituições que são tão plurais. Temos instituições da Igreja, laicas, com lideres de diferentes setores ideológicos, mas há uma grande comunhão de objetivos. Essa é a grande força da CNIS. Eu sublinho sempre que a CNIS não é uma organização da Igreja Católica, mas há muitas IPSS católicas na CNIS, como há de outras religiões e muitas outras sem qualquer opção religiosa, mas há a comunhão do serviço ao país e particularmente o serviço àqueles que mais precisam. O Papa Francisco tem uma expressão, agora muito em voga, que diz que as pessoas da Igreja devem estar nas periferias, devem estar no mundo. A CNIS, com as instituições da Igreja, tem sabido estar no mundo. Com todos, sem proselitismo, sem partidarismos, levando todos ao serviço dos que mais precisam. Essa é a nossa grande força.

É sua opinião que qualquer cisão provocará fragilidade de todos...

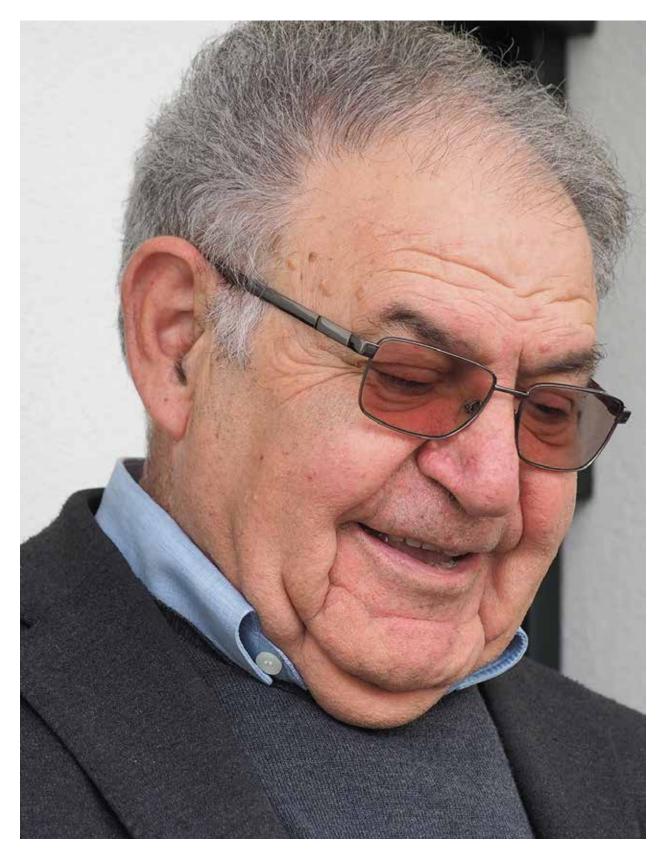
Sobretudo dos utentes, dos que mais precisam. Ficarão mais fragilizados. Quando houver entrincheiramento, com muitos candidatos a postos de liderança, quando as pessoas pensarem mais no reinar do que no servir, acaba-se por abandonar aqueles que mais precisam. Isso assusta-me. Verifico que aqui ou acolá parece haver mais apetência pelo trono do que pelo serviço. Temos que contrariar essa tentação.

Sente que a diversidade que compõe a CNIS revê-se na sua candidatura?

A minha postura tem sido a de respeitar toda a gente. Partidos, ideologias, religiões, formas de estar na sociedade...respeito por todos, convicto de que ninguém tem a verdade absoluta nem toda a competência. Parece-me que com esta postura tenho merecido e usufruído do respeito generalizado. Não sei se o mereço, mas sinto-o. Com franqueza, sinto-me sempre muito limitado. O que me vale são as pessoas que me rodeiam, como já disse. Os desafios são enormes, as dificuldades são muito grandes. Muitas vezes fico com a sensação que não se começou sequer a empreender caminho.

É já um caminho de 12 anos de liderança... Também sente conforto e consolo pelo exercício da presidência da CNIS?

É uma missão gratificante. Nunca tive a apetência pelo trono. Eu gosto de servir, mas não sou indiferente a saborear um prazer, gosto de usufruir desta sensação do prazer do serviço. O meu maior consolo é que em todos estes anos conseguiu-se, não por meu mérito, equipas que começaram e concluíram os mandatos. Verifico



que em todas estas equipas noto sempre uma disponibilidade para continuar, assim em comunhão e nunca em confronto. É o meu maior consolo.

Se vier a ser eleito, e cumprir o mandato, vai passar a ser o presidente com mais anos de CNIS...

Isso não é uma glória... Para mim o grande rosto de todo este movimento é o padre José Maia. Não foi com ele que tudo isto começou mas ele, com a sua maneira de ser, de estar, a sua determinação deu uma grande expressão a este movimento.

Nos últimos tempos foi criada uma nova organização de organizações sociais: a Confederação Portuguesa de Economia Social. Optou por não ficar na direção da CPES. Porquê?

Não vou iludir a questão. Era compreensível de que houvesse alguma expectativa de que a CNIS pudesse liderar a CPES. A CNIS é um universo muito amplo em que há cooperativas, em que há fundações, associações de desenvolvimento, instituições da Igreja Católica e de outras religiões. É a maior em termos de volume de atividade, trabalhadores e intervenção económica. Pessoalmente, nunca encarei com entusiasmo a possibilidade de liderar a Confederação. Ninguém pode amar a dois senhores ao mesmo tempo. Não seria capaz. Eu vejo-me disponível para continuar na CNIS, mas mesmo só na CNIS, sublinho.

Mas parece algo desiludido com a CPES...

Não direi desilusão. Penso que a presença de um membro da CNIS na CPES permite fazer o nosso papel e impede que haja diluimento da CNIS no universo da Confederação Portuguesa



de Economia Social. O risco existe, mas vai ser contrariado. Tenho receio que haja uma excessiva tentação de liderança e é importante refrear isso. A CNIS não pode nem vai diluir-se na CPES.

O facto do presidente da CNIS não estar na direção da CPES é um sinal?

É. O maior sinal é, comigo, nunca, jamais, em tempo algum a CNIS se desviará do seu rumo. À CPES falta-lhe o altruísmo e a solidariedade que são as marcas de água da CNIS.

Tem dito que existe um risco de colapso, uma possibilidade de rutura no setor. Fala concretamente de quê?

No estudo sobre "A Importância Económica das IPSS", os números são evidentes. Há cerca de 30 por cento de estruturas de custos das IPSS a descoberto. O Estado, contrariando as expectativas criadas na celebração do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, transfere para as instituições, em média 40 por cento. Os utentes comparticipam em cerca de 31 por cento. Faltam 29 por cento. De onde vêm? Nós dizemos que é a grande envolvência das comunidades, a filantropia... tudo isso é verdade, mas não é tão expressivo quanto seria necessário e é muito flutuante. O estudo que nos comprova cientificamente algo que nós suspeitávamos, diz que cerca de 18 por cento das IPSS têm o EBITDA negativo e quase 40 por cento estão abaixo da linha vermelha. Isto é complicado. Somos um pilar inestimável do Estado Social. Se este setor ruir o que vai ser do país? O que vai ser do apoio a idosos, crianças, pessoas com deficiência? O Estado tem mesmo que investir mais neste setor. Nos Açores houve uma atualização de 4,2 por cento, no próximo ano perspetiva-se uma atualização ainda maior nos acordos de cooperação. Eu pergunto: porque não também na Madeira e no Continente? Tem que haver uma opção social clara neste país e tem que se investir em quem presta serviço para cuidar melhor de quem precisa. Investiu-se muito e bem na qualidade, mas estamos a ser vítimas de um excessivo zelotismo por parte da fiscalização com exigências insuportáveis. Não há sensatez, as equipas fiscalizadoras dão mais importância a questões materiais do que à satisfação dos utentes. Isto desmobiliza os dirigentes. Há casos caricatos. O Estado transferiu para uma instituição um equipamento de serviço a pessoas com deficiência e a partir desse momento são contínuas as inspeções. De uma vez entraram 13 pessoas pela IPSS dentro, devassando tudo, sem qualquer preocupação. Isto é desmotivante. Eu defendo acompanhamento e escrutínio mas está a haver só mais fiscalização e inspeção nas IPSS.

Julga que é sistemático ou episódico?

Parece haver quem esteja interessado na descredibilização das instituições e dirigentes. Há coisas caricatas. Aqui há dias num jornal vinha o caso de uma IPSS em Gaia que mal está identificada. Se formos a ver é uma daquelas IPSS que se constituem à revelia do espírito do setor social para se aproveitar de incautos. Não são instituições com portas abertas com serviço a utentes. São oportunistas. Devem ser punidos. Mas parece que o interesse é generalizar a



todo o setor social solidário. Eu julgo que a fiscalização das IPSS deveria estar numa entidade independente. Quem inspeciona não está a ser parceiro...

Fala do Instituto de Segurança Social...

Não está a ser parceiro. Creio que o ISS quer verdadeiramente o serviço dos mais carenciados. Não pode então atuar como parece estar a fazer.

A relação com o Estado, por essa via, temse deteriorado?

Com alguns serviços do Estado sim. Em termos de diálogo, sensibilidade nos lideres há um diálogo perfeito. Os serviços do Estado, às vezes, são ciosos do seu poder e fogem ao controlo de quem está acima. Eu vou dizendo que as inspeções não podem ser um estado dentro do Estado. Tem que haver escrutínio das inspeções. Não podem estar a reinar como se tivessem vontade própria. Este é um dos grandes problemas com que nos confrontámos neste momento.

Qual é a sua opinião sobre o Orçamento de Estado 2019?

Naquilo que diz respeito ao setor não acrescenta nem retira nada. O que interessava a este setor já está acautelado por uma lei, designadamente as devoluções de 50 por cento do IVA, IRS... Ainda não estudei detalhadamente o documento. Foi aprovado na generalidade e quero que seja discutido tranquilamente na especialidade e aprovado. Mas para mim, a partir de janeiro, caso seja eleito, obviamente, eu quero que todos os partidos inscrevam nos seus programas eleitorais as propostas para este setor social. Gostaria que escrevessem o que pensam sobre o setor social, a sua importância e a necessidade da sustentabilidade que é a maior das nossas preocupações. Por isso, mais do que mais respostas sociais, equipamentos, valências, eu queria que todos os partidos inscrevessem nos seus programas eleitorais um olhar sobre este setor e a sustentabilidade. Se ele colapsa, e não

está livre disso, é o país que colapsa. Toda a gente diz que durante a crise foi o setor social que aguentou o país. E agora? Temos que reparar que são mais de 200 mil trabalhadores, mais de 700 mil utentes, diariamente apoiados, com as famílias, com os dirigentes, enfim, não haverá uma única pessoa que não saiba do que estamos a falar. Muita coisa depende de nós. Temos que pensar na sustentabilidade do setor para que continuemos a prestar os serviços aos que mais necessitam. É isso que está em causa. Os números que apresentei, segundo o maior estudo do género, obrigam-nos a agir. Repito: a partir de janeiro, do próximo ano, é um ano de eleições regionais, europeias, legislativas, vamos insistir com todos os partidos para que inscrevam nos programas um olhar sobre este

O presidente Marcelo Rebelo de Sousa disse há tempos que a CNIS não quer a regulamentação dos cuidadores informais. Isso é verdade?

Houve um equívoco. Ouvi dizer que o Presidente da República, que tem um respeito enorme por este setor social solidário, terá passado, num discurso, a ideia de que a CNIS estaria contra os cuidadores informais. De maneira nenhuma. Eles são importantes. Vejo as associações que estão a surgir mais como empresas sociais, prestadoras de serviços para apoiar os cuidadores informais. Agora, penso também que seria abrir uma caixa de Pandora admitir que o Estado irá pagar todo o cuidado informal. Julgo que o Estado não está em condições de apoiar financeiramente todos os cuidadores informais até porque é difícil, senão impossível, definir quem é o verdadeiro cuidador, por quando tempo e onde está. Pensamos, na CNIS, que é importante regulamentar e definir o estatuto porque têm um papel muito importante. Todos nós temos exemplos, nas nossas famílias, da sua utilidade. Devem ser devidamente apoiados. Não somos contra. Bem pelo contrário.

V.M. PINTO (TEXTO E FOTOS)

PADRE JOSÉ MAIA

jose.maia@cic.pt

Greves e serviços mínimos...

Após um longo tempo de quase ausência de greves, proeza atribuída às políticas de reversão de direitos dos trabalhadores e, em geral, de todos os portugueses (graças à constituição de um Governo com suporte parlamentar dos partidos à sua esquerda), fica-nos o pressentimento de que a aproximação de eleições legislativas nos vai obrigar a comer a "fava" escondida no "bolo-rei" de tanta harmonia entre Governo e Sindicatos!

Vamos esperar para ver...

Toda a gente sabe que a greve é um direito! A greve, como forma de luta e defesa dos legítimos interesses de quem trabalha, faz todo o sentido!

Porém, associado ao direito à greve de quem trabalha, de modo especial, na designada "função pública" está também consagrado o regime de defesa de "serviços mínimos" (artigo 537º do Código do Trabalho), de forma a que se assegure uma "conciliação de direitos" entre os promotores e as vítimas das greves!

Sendo mais claro: se as greves nos transportes pretendem pressionar o Governo para satisfazer aspirações dos trabalhadores, fará sentido privar de transportes os milhares de cidadãos que, diariamente, têm de se deslocar para os seus trabalhos, submetendo-os a terem de suportar as duras consequências deste transtorno, incluindo gastos com transportes alternativos e eventuais sanções por falta ao trabalho? Será legítimo que se privem pessoas com "passe pré-pago" de poderem usufruir do transporte a que têm direito, tendo de assumir a despesa com o pagamento de transporte alternativo?

Mais: será que ninguém se sente indignado com as imagens televisivas que entram pelas nossa casas a relatar a revolta de tanta, tanta gente que chega aos hospitais para uma consulta ou uma intervenção cirúrgica marcada, com antecipação de longos meses, para um dia em que uma greve de médicos os impede



de acederem ao elementar direito constitucional a cuidados de saúde?

Senhores governantes: enquanto negoceiam com os sindicatos saídas para a resolução da sua contestação... **apressem-se a rever a legislação sobre "serviços mínimos"** a prestar a quem se sente prejudicado pelas greves, incluindo formas de compensação financeira a quem, devido às greves, se vê obrigado a suportar encargos com transportes alternativos e a garantia de que pessoas, com marcação de exames médicos e /ou intervenções cirúrgicas, mantenham a sua vez na reprogramação que vier a ocorrer no fim das greves!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA ajsilva@sapo.pt

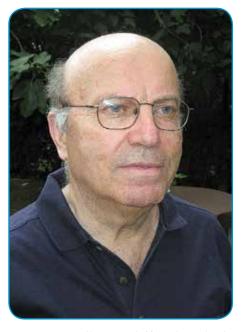
América Latina: uma outra deriva?

Em democracia, nada é definitivo. E nada é definitivo, porque a democracia pressupõe a realização cíclica de eleições, e os resultados dessas consultas podem alterar, muitas vezes significativamente, o cenário político vigente até à sua realização.

Vem isto a propósito das eleições presidenciais brasileiras, cujos resultados foram largamente comentados dentro e fora daquele país, como aconteceu em Portugal. No nosso caso concreto, esse interesse compreende-se perfeitamente, tendo em conta os laços históricos e afectivos que ligam os dois povos. De qualquer modo, o peso económico e político que o Brasil tem na América Latina e no mundo justifica perfeitamente o interesse mediático com que foram acompanhadas estas eleições A primeira volta traduziu-se numa vitória clara do candidato da direita, ou da extrema direita, em que o situava a maioria dos comentadores internacionais. De qualquer modo, muita gente ficou ainda com alguma esperança em que a segunda volta pudesse mudar o rumo dos acontecimentos.

Mas aconteceu o que se sabe: o resultado definitivo das eleições veio confirmar uma clara viragem à direita naquele país.

As razões desta viragem já foram motivo de muitas análises, mas para além de naturais diferenças interpretativas, parece haver uma explicação comum e mais ou menos consensual: a de que os resultados do dia vinte e oito de outubro traduziram uma clara rejeição da classe política dominante, a qual os eleitores atribuíram a responsabilidade pela degradação moral e económica a que o Brasil chegou. E como o PT se transformou no símbolo dessa degradação, o seu representante na corrida à presidência, Fernando Haddad, acabou por ser o grande derrotado desta consulta eleitoral. O grande derrotado, sobretudo porque, ainda por cima, perdeu para um candidato sem qualquer prestígio, um candidato sujeito sistematicamente a acusações políticas e pessoais de toda a ordem e que seria, por isso, pelo menos aparentemente, incapaz de convencer o povo brasileiro a escolhê-lo para o mais alto cargo



político do país. Apesar disso, o delfim de Lula da Silva perdeu redondamente e, com ele pode dizerse que perdeu também toda a esquerda brasileira, mas não só.

Nos anos noventa do século passado e na primeira década deste século, muita gente falou da deriva esquerdista que parecia estar a inundar a América Latina, desde Cuba aos novos bastiões marxistas ou filo marxistas deste subcontinente, como a Venezuela, a Nicarágua ou a Bolívia. Agora, com a tragédia social que atinge a Venezuela, as tensões que agitam a Nicarágua, e a derrota do candidato do PT no Brasil, bem se pode dizer que a deriva é outra...



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

"O povo é sereno... é só fumaça"

1 - Ficou para a História a exclamação do Almirante Pinheiro de Azevedo, no início do Novembro quente de 1975, proferida numa varanda do Terreiro do Paço, durante uma manifestação de apoio ao VI Governo Provisório, por si presidido, promovida pelo PS e pelo PSD, perante umas explosões de granadas de gás lacrimogénio feitas rebentar por anti-manifestantes, alinhados com as forças políticas que pretendiam impedir a evolução do regime para um modelo de democracia liberal, como o que ainda hoje perdura no nosso País, assente no primado da lei, no respeito pelos direitos individuais e na separação de poderes.

Seguiu-se, uns dias depois, o sequestro dos deputados Constituintes na Assembleia da República, pelos trabalhadores da construção civil, sequestro que se estendeu ao Governo, instalado ali ao lado, no Palácio de S. Bento, e que só terminou com a intervenção dos Comandos, que assegurou, entre assobios, insultos e pateadas, a saída dos Constituintes do Parlamento.

O Almirante Pinheiro de Azevedo, por esses dias, ameaçou que o Governo entraria em greve, se algum módico de ordem e sensatez não regressassem depressa ao funcionamento das Instituições.

(Como se sabe, essa normalidade atingiu-se dias depois, em 25 de Novembro de 1975, sob o comando de Ramalho Eanes.)

Para além da coragem física – o que não era coisa pouca naqueles tempos incertos - e da linguagem de caserna (que aqui não iremos reproduzir), ficou a nota pícara da possibilidade de um Governo fazer greve.

Trata-se, na verdade, de uma hipótese bizarra um órgão de soberania fazer uma espécie de intervalo no exercício das funções soberanas do Estado, para fazer greve a tais funções.

Seria impensável o Presidente da República, por exemplo, deixar desamparado por uns dias o exercício frenético das suas funções, fechando o Palácio de Belém e indo para vilegiatura no Estoril ou em Cascais.

Ou os deputados abandonarem S. Bento para reclamarem da escassez dos seus salários – embora não esteja a ver a que entidade patronal enviariam o respectivo Aviso de greve.

(Ou que serviços mínimos seriam decretados – uma vez que há quem pense que serviços mínimos é já o modo habitual de produção dos Pais da Pátria.)

Ou ainda o Governo, replicando o exemplo de Pinheiro de Azevedo, cansado das exigências dos parceiros da geringonça ou da pacatez da Oposição, poupar-nos por uns tempos a decretos e regulamentos, a fiscalizações e a coimas, a discursos e a auto-elogios.

2 – Mas eis que vejo hoje, 4 de Novembro, no jornal que os juízes decretaram greve por um largo período de tempo – 21 dias, a estender ao longo de um ano, embora sem figurino certo, sendo as formas por que se desenvolverá a greve escolhidas a *la carte*, consoante a ocasião e os objectivos do momento.

Estão em causa reivindicações salariais, como é de regra nas greves; e, do que leio no "Público", fiquei a saber que, actualmente, os juízes da 1ª instância ganham entre 2.900,00 euros (no início da carreira) e 5.100,00 euros (aos 18 anos de carreira), consoante a antiguidade, ganhando os juízes-conselheiros – dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional – a remuneração de 6.000,00 euros mensais.

O Governo está disposto a aumentar o limite máximo, podendo os Juízes do Supremo ganhar mais do que o Primeiro-Ministro – o que hoje não acontece -, mas pretende que os novos juízes, que entrem agora no sistema, possam receber menos do que os seus colegas que já estão instalados – e estes, como os trabalhadores propriamente ditos, não podem ver reduzida a sua retribuição, em nome do princípio da irredutibilidade desta.

Não me choca a existência de remunerações relativamente elevadas, em comparação com o padrão médio do País, tendo em conta o relevo público da função judicial, e que pretendem premiar a dedicação exclusiva e a proibição de exercício de outras funções remuneradas.

Corresponde, aliás, a uma exigência das instâncias internacionais das magistraturas a prática de remunerações que ponham os magistrados a salvo de tentações de venda de favores ou sentenças, ou que lhes garantam a necessária independência em relação a todas as entidades e poderes fácticos ou institucionais.

E também para que se não distraiam do seu trabalho de despachar processos, por estarem a desempenhar funções alternativas, que lhes possam tirar tempo e energia para cumprirem a sua função soberana, que é a de julgar com isenção e justiça.

Para tais remunerações serem aceitáveis pela cidadania, é mister que esses pressupostos sejam cumpridos; e também que a quantidade e a qualidade do trabalho desenvolvido por qualquer magistrado faça por merecer o vencimento que os nossos impostos sustentam.

Tenho para mim que os juízes não podem fazer greve – justamente por serem titulares de um órgão de soberania, os Tribunais, e fazerem, em regra, gala disso, mesmo no exercício de privilégios que a função não justifica.

É certo que, segundo diz o mesmo jornal, o Conselho Superior da Magistratura considera legítimo o exercício do direito à greve pelos juízes.



Mas não concordo; a não ser que estivéssemos num contexto de grave perturbação no funcionamento das instituições ou da sociedade, em que falecessem aos magistrados as condições de serenidade exigíveis para uma justiça equilibrada e ponderada.

Como no tempo em que o Almirante Pinheiro de Azevedo esteve sequestrado.

3 - Ora, não é necessário andarmos todos pelos Tribunais para sabermos que nem sempre todos os magistrados cumprem com diligência o seu trabalho, nem se dispensam de funções ou tarefas que deixam distante a obrigação do exercício exclusivo do seu oficio de julgar ou de acusar – no caso do Ministério Público.

Creio que as reivindicações das respectivas corporações seriam mais bem compreendidas pelos cidadãos se vissem erradicar alguns comportamento e práticas dificilmente compreensíveis, mesmo por quem tem uma visão indulgente dessas reivindicações.

A Associação Sindical dos Juízes, que decretou a greve, andaria bem, a meu ver, se empreendesse uma campanha para proibir magistrados de exercerem funções nos órgãos estatutários das associações desportivas, das Comissões de Fiscalização aos Conselhos Jurisdicionais, das Ligas às Federações.

Não são companhias que se recomendem a magistrados, como temos lido e visto na imprensa – por exemplo, o footboleaks –, onde o dinheiro circula e desaparece, em valores astronómicos, sem qualquer escrutínio.

Nem se diga que servem como garantia de isenção nos julgamentos nessa sombria jurisdição privativa – em que todavia são eleitos, por lista, apoiados por alguns dos clubes cuja actividade vão depois julgar.

Aí não vigora o princípio do juiz de fora, ou do juiz natural.

E também não me parece nenhuma tolice a proposta de Rui Rio, no sentido de o pagamento das remunerações aos magistrados variar de acordo com a respectiva produtividade.

Creio que todos teremos experiências de magistrados que nem os serviços mínimos cumprem, ao longo de uma carreira inteira – e para esses, qualquer remuneração já é excessiva, quanto mais 5.100,00 euros, como todavia acontece.

4 - E pode sempre aparecer-nos um Juiz Sérgio Moro, que ensombra qualquer retrato da classe.



CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ, ALCOBAÇA

Artesanato, ruralidade e turismo revitalizam a comunidade e a instituição

Diz o povo que "o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita" e costuma ter razão. No entanto, quando a vontade de levar avante um projeto se junta a uma força criativa determinante, tudo pode acontecer e ser... diferente. De facto, têm sido inúmeras as vicissitudes que têm colocado um espartilho ao desenvolvimento do Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Coz. Para tentar desapertá-lo, a instituição aposta no Coz'ART, um projeto que aposta no artesanato, ruralidade e turismo como fonte de receita e apoio à comunidade.

Criada em 1989, a instituição daquela antiga freguesia do concelho de Alcobaça tinha como orientação apoiar a comunidade na área das crianças e dos idosos. Contudo, depois de muitos anos liderada por uma Comissão Instaladora, que como grande legado deixou o terreno, mas igualmente uma avultada dívida contraída para a compra do mesmo.

"O terreno foi muito caro e a dívida contraída foi muito grande pelo que a instituição não descolava", argumenta Alda Gomes, diretora-técnica da instituição, lembrando que "só muito mais tarde foi construído o edificio, sempre com muitas dificuldades, pelo que a obra só foi inaugurada em 2004".

Apesar de o edificio ter sido construído com o apoio do PARES, "isso não foi suficiente para aliviar a situação, nem ajudou depois a forma como foi orientado".

Já com uma dívida avultada às costas, a instituição recorreu "a alguns empréstimos, no caso a particulares, mas igualmente com juros", para construir o edifício que atualmente apoia 50 utentes em SAD, acolhe 30 idosos no Centro de Convívio e ainda serve 40 refeições/dia às crianças da escola da freguesia.

O Centro de Convívio está em processo de transformação em Centro de Dia, faltando apenas a construção, já aprovada, de uma sala para banho assistido, que deve ser concretizada em breve.

O problema do Centro de Coz é que, servindo uma população cujas "reformas são baixinhas", as "muitas dificuldades que trazem as dívidas até hoje provocam um enorme aperto financeiro".

"De uma maneira geral, esta é uma população carenciada. Nós servimos as pessoas da terra e estas eram basicamente trabalhadoras rurais e, na maioria, praticamente não fizeram descontos, portanto, isso traduz-se em reformas baixinhas. Por outro lado, não encontramos acolhimento nem disponibilidade por parte dos filhos para comparticiparem um bocadinho. Isso faz com que andemos sempre um bocadinho sufocados financeiramente", sustenta Alda Gomes,



acrescentando: "Já renegociámos a dívida e temos conseguido honrar os nossos compromissos, mas é sempre com uma vida apertada. E foi por causa deste sufoco que decidimos avançar para um projeto social que se transformasse num negócio e ajudasse a financiar e a desafogar financeiramente a instituição, por forma a podermos continuar a apoiar quem precisa".

Assim, os responsáveis pela instituição, cientes de que era necessário fazer algo "para que o Centro pudesse continuar a apoiar a comunidade como quer e deve", decidiram avançar, em 2016, com o projeto social Coz'ART e que atualmente já é um negócio.

"O projeto tem três vertentes e chama-se Coz'ART, sendo que o A é de artesanato, o R de ruralidade e o T de turismo".

Aproveitando a mais-valia que é o mosteiro cisterciense, cujas visitas guiadas são, agora, da responsabilidade da instituição, e que a Câmara Municipal de Alcobaça decidiu revitalizar, apostando na recuperação da





envolvente, que tinha sido retalhada e vendida a particulares no tempo da I República.

"Quando pensámos nisto pensámo-lo como um projeto detido a 100% pela instituição e que queremos desenvolver ao ponto de ele contribuir para o financiamento das atividades da instituição", argumenta a diretoratécnica, passando a explicar as três vertentes que o projeto abarca.

"No que respeita ao artesanato, pretendíamos recuperar e revitalizar as seiras de junco. Todas as artesãs e quem ainda trabalhava o junco tinha mais de 70 anos e achávamos que era agora ou nunca para recuperar e revitalizar esta tradição. Tivemos a sorte do vice-presidente da instituição ser filho de uma tecedeira que sabia fazer esteira e que agarrou o projeto para revitalizar este artesanato", começa por explicar, revelando os passos seguintes: "Começámos por fazer uma parceria com a Escola Superior de Artes e Design (ESAD) das Caldas da Rainha e lançámos um concurso de ideias, com a parceria da autarquia de Alcobaça, a duas turmas, em que os alunos tiveram um ano para desenvolver protótipos alternativos às cestas. O objetivo era fazer algo que fosse uma projeção para o futuro e não nos ficássemos apenas pelo que se fazia no passado. O interesse era lançar uma semente para o futuro. E o trabalho dos alunos foi muito interessante e proveitoso. Temos cerca de 30 protótipos fazíveis, pelo que ficámos, logo aí, com material para arrancar com esta vertente de negócio".

Já no que respeita à ruralidade, o cenário principal é o quintal da instituição, com 16 mil metros quadrados, e que, apesar de neste momento estar parado, o Centro quer revitalizar, "até porque há um produtor biológico que é membro da Direção".

Primeiro, "pensou-se fazer a certificação deste terreno e avançar para uma produção hortícola de subsistência, ou seja, para fornecer a instituição", conta, lembrando que a horta já foi um espaço de "causar inveja".

"Tínhamos um utente que era o nosso hortelão e que, durante os dois anos que cá esteve, fez da nossa horta algo de causar inveja. Só não podemos dizer que era uma horta de produção biológica porque a certificação é muito demorada, mas a prática era toda nos moldes da produção biológica. Atualmente temos uma parceria com o CEERIA – Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça, no âmbito da qual temos cá uma pessoa ajudante de cozinha, e pedimos-lhes para que nos enviem uma pessoa com formação na área da agricultura para que possamos retomar a horta, qua hoje, é verdade, está parada".

Apesar de a maioria dos utentes do Centro de Coz ter vivido da agricultura, hoje isso não é algo que os motive.

"Os idosos já trabalharam muito e agora não querem. Já tivemos aí um grupo de idosos que gostava e, apesar de não poderem muito, gostavam de lá estar e de dar instruções a um grupo de jovens que tivemos aí uma vez. Agora, já temos utentes com demências e que, portanto, não podem participar, e os restantes acham que estão na hora de descansar. Fazer as demais atividades



que lhes proporcionamos eles gostam e aderem, agora trabalhar na agricultura... já foi tempo", explica Alda Gomes, que reconhece ser esta a vertente mais parada do projeto, mas, mesmo assim, com um grande potencial de ser desenvolvida.

"É que a ruralidade aqui está muito preservada. Como não se podia construir, a ruralidade está muito intacta. Depois temos, em Alqueidão, uma reserva de água do Jurássico Superior, a 250 metros de profundidade, que é uma água pura, e temos uma natureza muito intacta que dá para fazer passeios, observação de águias de asa redonda e de outras atividades, porque é uma zona muito calma e preservada", argumenta, revelando algumas ideias que fervilham: "Temos a ideia de promover uns passeios, porque recebemos aqui muitos turistas e ainda desenvolver outras situações para que possam conhecer a região".

A aposta é numa vertente turístico-rural, "aproveitando ainda o mosteiro, que até há pouco estava fechado", revitalizando as visitas-guiadas ao monumento e à área envolvente.

Por outro lado, o Centro pôde, com o apoio da autarquia, adquirir a antiga Adega das Monjas, espaço fronteiro ao mosteiro, "e que serve de sede da Coz'ART, de receção aos turistas e onde é desenvolvida toda a atividade de cestaria".

"O sonho é avançarmos para um centro interpretativo do junco, mas isso é uma coisa que há de ser... se for possível. Para já não pode ser, mas é um projeto que alimentamos, a fim de deixarmos documentado o percurso do junco em Coz", afirma, revelando: "Ainda aliado ao turismo, sentíamos a necessidade de, para além das seiras, ter algo para vender, algo que as pessoas levassem daqui como recordação. Sabendo-se que o pão de ló de Alfeizerão foi levado de Coz, porque algumas das senhoras que trabalhavam no mosteiro,

aquando do seu fecho, foram para Alfeizerão e levaram a receita, e nós achámos por bem recuperá-lo".

Por outro lado, sabe-se que a receita original não era como a do pão de ló de Alfeizerão, porque à época para os pães de ló irem nas naus para os Descobrimentos não podiam ser malcozidos, como é o de Alfeizerão.

"O que sabíamos é que o pão de ló de Alfeizerão é assim porque o rei D. Carlos apareceu mais cedo do que o previsto e com a pressa foi retirado mais cedo do forno ainda malcozido, mas o rei provou e gostou e assim ficou. Diga-se que foi por decisão régia que ele ficou assim! Então, fomos à procura da receita original, fizemos diversas experiências e várias sessões de prova e procurámos aquilo que seria o original do pão de ló", conta Alda Gomes, acrescentando: "Agora, temos o pão de ló de Coz, que é feito, mais ou menos, com os mesmos ingredientes do que o de Alfeizerão, que coze totalmente e é adoçado com mel e açúcar amarelo. Como era para vender aos turistas, encomendámos uma caixa com um design que fosse um pouco do mosteiro, na qual é replicada a grade do mosteiro, grade que separava as monjas dos demais fiéis, e o papel que envolve o bolo é o desenho dos azulejos do mosteiro. Por fim, ainda tem um resumo da história do pão de ló quinhentista".

Para além de preservar uma tradição e fazer a história do pão de ló, a instituição com este projeto conseguiu "um produto para vender e com isso angariar fundos".

Aproveitando as virtudes endógenas do território, o Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Coz aposta fortemente no projeto Coz'ART, não apenas pelos beneficios financeiros que dele podem advir à instituição, mas revitalizando práticas que ao longo dos séculos fizeram aquela comunidade, recuperando-as e dando-as a conhecer através do incremento do turismo, apoiado na ruralidade e artesanato.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON



AV. INFANTE SANTO, 2I A · 1350-177 LISBOA TELEF.; 2L 042 00 05 / 2L 042 08 08 FAX.; 2I 042 00 98 / 2L 424 94 88 E-MAIL: TRIVALOR TRIVALOR PT







PATERNIDADE

Só 32 por cento dos homens portugueses gozam licença

Apenas 32% dos homens portugueses gozaram licença de paternidade, um número ainda assim superior à média europeia de 20%, segundo um Eurobarómetro.

De acordo com um inquérito divulgado em Bruxelas pela Comissão Europeia, 32% dos homens portugueses gozaram licença de paternidade, e 22 % estão a pensar fazê-lo (20% na média comunitária), com 14% a rejeitarem terminantemente essa possibilidade.

O estudo indica ainda que 37% dos homens inquiridos usufruiu de licença de parentalidade, contra 26% dos europeus, e 20% ponderam fazê-lo, embora sejam as mulheres (67%) que mais o fazem.

Os homens portugueses surgem ainda em destaque entre aqueles que consideram que a opção de tirar licença por motivos familiares é mal vista pelos colegas, com 33% dos inquiridos a corroborar esta afirmação, uma percentagem que só é superada por Grécia (43%), Chipre (40%) e Bulgária (34%).

Dos portugueses, 61% defendem ainda que é mais fácil para a mulher gozar a licença parental, um número consideravelmente superior à média comunitária de 52%, enquanto 45%



consideram que optar por esta opção tem um impacto negativo na carreira profissional (39% a nível da UE).

Apesar da renitência em usufruir da licença parental, 35% dos homens nacionais sentir-se--iam encorajados a ficar em casa com os seus filhos caso recebessem uma maior compensação financeira durante o período de licença, e 32% se tivessem mais garantias de que a sua carreira não sairia prejudicada.

Para este estudo, o Eurobarómetro entrevistou 26.582 homens com menos de 65 anos dos 28 países do bloco comunitário entre 26 de junho e 05 de julho, mil dos quais portugueses.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O país precisa de uma estratégia para a inclusão

A coordenadora do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, Paula Pinto, defendeu que "o país precisa de uma estratégia para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, em alternativa à institucionalização, muitas vezes a única resposta disponível".

"A investigação a nível internacional tem mostrado que há custos enormes para o Estado quando a opção é a institucionalização e que devolver as pessoas às comunidades e criar condições para que possam participar, estar incluídas e ser cidadãos de corpo inteiro, acaba por ter muito maior retorno para o Estado", disse Paula Pinto, durante o seminário internacional sobre Inclusão e Direitos Humanos, organizado pela associação Inovar Autismo, no Pinhal Novo, concelho de Palmela.

"Falta ainda uma real consciencialização desta verdade, que não é apenas uma opinião, mas uma verdade científica comprovada", disse, acrescentando que a possibilidade de as pessoas com deficiência poderem pensar em projetos de vidas, com autonomia face à família, não só lhes permite a possibilidade de terem um papel ativo na sociedade como também liberta as famílias", disse Paula Pinto, que apontou a Inovar Autismo como um exemplo neste domínio.

Mas se é necessário um plano nacional para a inclusão, na União Europeia é necessário um plano europeu para que haja mais equilíbrio na resposta dos diferentes estados-membros ao problema da inclusão, defendeu Pietro Cirrincione, vice-presidente da Autism Europe, organização que congrega todas as associações na área do autismo a nível europeu.

"Nós precisamos de um plano europeu para o autismo, porque temos alguns países da União Europeia que têm boas práticas e um bom conhecimento do problema do autismo, mas outros ainda estão muito atrasados na aplicação das boas práticas e políticas de inclusão [das pessoas com autismo na sociedade] à luz do conhecimento científico atual. Por isso precisamos de equilibrar para haver alguma uniformidade", disse.

"Alguns países da União Europeia estão a fazer progressos, noutros estamos a tentar que o façam através de um trabalho em rede. Por exemplo a Autism Europe está a encorajar a partilha de experiências. Temos associados de todos os Estados, mas precisamos de harmonização para sermos



capazes de mudar a sociedade, para que as necessidades das pessoas com autismo sejam uma prioridade", acrescentou.

Pietro Cirrincione, que saudou o facto de Portugal ser um dos países que está a refletir sobre o problema da inclusão das pessoas com autismo, defendeu ainda que as "instituições têm de ser atores principais da mudança e ser capazes de exprimir as necessidades e as prioridades das pessoas com autismo.

No seminário, que decorreu no Auditório Municipal do Pinhal Novo, o vice-presidente da Autism Europe participou num painel sobre "Afirmação e Autodeterminação - Percursos de Vida, Percursos de Inclusão", em que cerca de duas centenas de participantes também puderam ouvir o testemunho, na primeira pessoa, de Rita Nolasco, editora de imagem da SIC, e Ricardo Nunes, da Direção da Inovar Autismo, que relataram as dificuldades que tiveram de ultrapassar, por serem autistas, para conseguirem uma integração plena na sociedade.

"Sentia que era incapaz, mas não queria que os outros percebessem essa incapacidade. Por vezes parecia que andava sempre muito atarefada, mas era uma forma de me defender. Até ao dia em que decidi lutar pelos meus objetivos, porque eu queria ter um emprego, queria casar e ter filhos", disse Rita Nolasco, lamentando que, como muitas outras mulheres com síndrome de Asperger, uma forma de autismo menos severa, só sejam diagnosticadas demasiado tarde, muitas já na idade adulta.

"Só soube que era claramente Asperger aos 40 anos", acrescentou Rita Nolasco, salientando que foi este facto que a levou a criar um blogue com esse nome, "Claramente Asperger".

Ricardo Nunes, atual diretor da Inovar Autismo, passou pelas mesmas dificuldades na sua juventude, período em que se sentia bastante isolado e até marginalizado pelos seus colegas.

"No meu caso, tive de mostrar que era capaz de fazer coisas. Mesmo que não as fizesse da mesma maneira, era importante mostrar que era capaz de as fazer, para demonstrar que podia ser incluído na sociedade em que queria ser inserido", disse.

A Inovar Autismo, que organizou o seminário, está a desenvolver vários projetos no âmbito do Instituto Nacional de Reabilitação (INR), todos com o objetivo de construírem alternativas à institucionalização de crianças e jovens, com apoio personalizado e uma preparação prévia dos setores da sociedade que vão acolher as pessoas com deficiência.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA SOCIAL

Órgãos sociais para o período 2018-2021 já tomaram posse

Já foram eleitos os órgãos sociais da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), tendo a escolha para presidir à Direção recaído em Manuel dos Santos Gomes, da Confagri.

A CNIS assume uma das quatro vice-presidências e é representada na Direção da CPES pelo seu presidente-adjunto, João Dias.

Os restantes três vice-presidentes são Manuel de Lemos, da União das Misericórdias Portuguesas, Rogério Cação, da Confecoop, e Marco Domingues, da Animar.

Já a Mesa da Assembleia Geral é presidida por Maria do Céu Ramos, do Centro Português de Fundações, e tem Jorge de Sá, da Associação Portuguesa de Mutualidades, como vice-presidente e José Almeida, da União das Mutualidades Portuguesas, como secretário.

Por outro lado, o Conselho Fiscal tem na presidência Maria Clementina Henriques, da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), e como vogais João Filipe Cardoso, da União das Mutualidades Portuguesas, e João Adelino Pereira, da Associação Portuguesa de Mutualidades.

Os órgãos sociais agora eleitos e que já tomaram posse, no passado dia 8 de outubro, estará em funções no período de 2018 a 2021.



José Figueiredo Economista



POPULISTAS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

A necessidade de rever as regras

Donald Trump é definitivamente um homem perigoso.

Trata-se de alguém mentalmente instável, arrogante e narcisista qualidades que combina com uma imensa ignorância.

Como explicar então a sua vitória eleitoral e a aparente popularidade que continua a ter na sua base de apoio?

A verdade é que, no meio de toda aquela balbúrdia intelectual, política e administrativa, a extrema direita populista tem um ponto – toca na corda sensível de uma camada importante da população, em termos grosseiros e simplistas a camada que perdeu com a globalização.

Sabemos como essa camada se estratifica segundo níveis de escolaridade (intelectuais versus iletrados), idade (jovens versus idosos), localização geográfica (grande cidade versus pequenas cidades e campo), emprego (empregos tecnológicos ou criativos bem remunerados versus empregos mal pagos nos serviços), etc.

Em bom rigor nada disto é novo, estas oposições sempre existiram.

O que pode ter mudado?

Creio que duas coisas:

- 1. O grande consenso que juntou durante décadas o centro direita e o centro esquerda e que dava como função do Estado amenizar as velhas fraturas acima referidas deixou de funcionar. No mundo anglo-saxónico a coisa começou a virar com a revolução neoliberal de Reagan e Thatcher (anos 80), na Alemanha, por exemplo, isso veio muito mais tarde com as reformas do mundo do trabalho do início deste milénio.
- **2.** A narrativa de que a liberalização do comércio internacional faria todos mais prósperos (é isso que dizem os modelos dos economistas) começou a ficar em causa e, curiosamente, quer no mundo desenvolvido quer nos países emergentes. Onde todos ganhávamos agora, aparentemente, todos perdemos.

Não se conclua que os modelos dos economistas estão errados. Eu que os estudei posso garantir-vos que resistem ao mais fino exame lógico. O problema é que, como nenhum economista sério ignora, não só os pressupostos dos modelos teóricos não são realistas (o mundo é muito mais complexo que o mais complexo dos modelos) como, por outro lado, os custos de fricção podem ser muito mais altos do que se imaginava.

Os modelos para funcionarem bem, entre outras coisas implicam que ninguém faça batota ou, pelo menos, que ninguém faça batota sistematicamente.

A verdade é que, se quisermos ser honestos, nesta matéria de comércio internacional, todos fazemos um pouco de batota, contudo, o problema aparece quando temos um país de dimensão significativa, a segunda economia do mundo, a fazer batota por sistema. Refirome obviamente à China.

Notar que também aqui Donald Trump não descobriu nada. A administração de Barack Obama tinha plena consciência do problema. O que a distinguia da abordagem de Trump era a estratégia. Trump trata o assunto como sabe, ou seja, à porrada, a administração Obama preconizava uma abordagem multilateral. O grande objetivo da parceria para o Pacífico (TPP) era, nem mais nem menos, que "amarrar" a China a um acordo de comércio multilateral onde a batota seria muito mais difícil.

Não podemos saber qual será o grau de sucesso da estratégica de Trump para lidar com o problema da China (problema real, diga-se). Elevado? Reduzido? Ignoro.

Também nunca saberemos comparar com a alternativa. Entre o bullying de Trump e a estratégia florentina de Obama o que daria melhor resultado? Ignoro, mais uma vez.

Uma coisa, contudo, podemos dar por clara: as atuais regras do comércio internacional já não funcionam. Sabemos a este respeito um par de coisas: desde logo que é possível fazer batota e batota sistemática e, por outro lado, que as atuais regras não são aceites pelas opiniões públicas de um lado e doutro da linha que divide ricos e pobres. As queixas que ouvíamos da parte dos países mais pobres em relação às regras de comércio, ouvimo-las agora também do lado de cá, isto é, nos países ricos.

O que simplesmente nos conduz à óbvia conclusão de que necessitamos de rever as regras de modo a acomodar as imensas alterações que se verificaram no mundo nas últimas décadas das quais a menor não é, com certeza, o ascenso da China a potência com pretensões globais.

Não sendo um especialista na matéria não sei dizer-vos que regras serão essas, no entanto, consigo visualizar umas quantas linhas de força:

Um eventual novo regime de comércio tem de reconhecer que a geração de valor vem hoje muito mais da propriedade intelectual que de ativos físicos puros e duros. A maiores companhias do mundo atual (Apple, Amazon, Facebook, Google, Alibaba, Tencent) não se distinguem por ter fábricas gigantescas, por consumirem enormes quantidades de capital físico (edifícios, máquinas, etc.) mas por serem detentoras de propriedade intelectual (marcas, sistemas, etc.) de enorme valor. A proteção dessa propriedade intelectual é um dos pontos mais sensíveis nas disputas comerciais hoje em dia. Os americanos e europeus queixam-se (e com razão) de práticas por parte do governo da China que, em última análise, podem ser classificadas como roubo de propriedade intelectual. Por exemplo, é frequente o governo chinês forçar a transferência de tecnologia a empresas que queiram instalar-se na China. Muitas das aquisições de empresas americanas e europeias por entidades chinesas destinam-se a comprar tecnologia sensível. Ou muito me engano ou o novo regime de comércio internacional deverá ter um capítulo extenso sobre o tema das patentes.

Entre as mais nocivas consequências negativas do atual regime de comércio estão a concentração corporativa (em muitos países quase metade das exportações está concentrada em cerca de 10 empresas) e a concentração regional (regiões ganhadoras – em geral as grandes cidades cosmopolitas e regiões perdedoras – campo e pequenas cidades).

Sabendo que o comércio livre tenderá a exacerbar estas tendências, um eventual novo regime de comércio internacional deve dar possibilidade aos estados de, através de políticas públicas, contrabalançar estes efeitos centrípetos.

No fundo trata-se de reconhecer que o comércio livre, entregue a si mesmo, gera necessariamente perdedores mesmo quando no agregado se contabilizam ganhos e que é obrigação dos estados proteger os mais fracos.

Sabemos como aqui caminhamos por uma vereda estreita e perigosa - podemos estar a abrir a porta ao protecionismo.

Contudo, a alternativa, ou seja, o que temos, também já provou que não conduz a resultados aceitáveis. Brexit, Trump, Itália e agora o Brasil entregue a um fascista deveriam ser suficientes para nos fazer mudar de vida.



40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

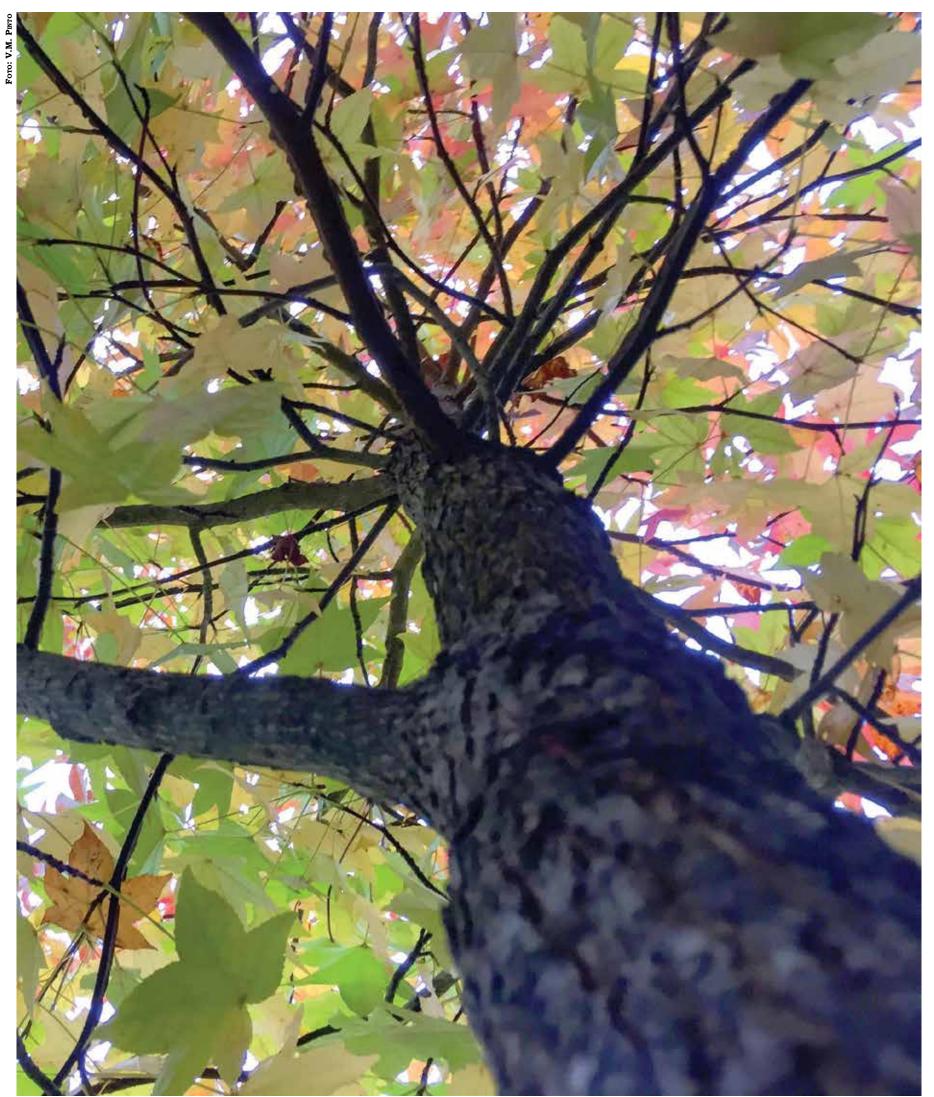
- · Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- · Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.





Outono

FICHA TÉCNICA

S

FAMÍLIAS SOBRE-ENDIVIDADAS

Há mais pessoas divorciadas e viúvas a pedir ajuda

O número de pedidos de ajuda à Deco por parte de famílias sobre-endividadas aumentou entre janeiro e outubro deste ano para 26.180, um problema que afeta cada vez mais pessoas divorciadas e viúvas.

Segundo dados da Deco - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor divulgados a propósito do Dia Mundial da Poupança, que se assinala a 31 de outubro, o número de pedidos de ajuda ao Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado (GAS) em todo o ano de 2017 tinha sido menor do que em 2016, mas entre janeiro e outubro deste ano já houve mais uma centena do que em período homólogo do ano passado.

"Registámos um aumento do número de pedidos de ajuda das famílias. Não é muito significativo face a 2017, mas a verdade é que se regista este aumento e a verdade é que no dia a dia verificamos que nos estão a chegar mais situações, tanto aqui em Lisboa como na região norte, no Porto", disse à Lusa Natália Nunes, porta-voz do GAS.

Segundo a Deco, são já quase metade (47%) os casos em que o pedido de ajuda vem de um agregado familiar de apenas um elemento, pessoas divorciadas ou viúvas.

A responsável apontou ainda algumas alterações registadas pela Deco relativamente aos

pedidos de ajuda recebidos, sobretudo as causas, ganhando agora terreno situações como pequenos investimentos mal sucedidos (6%), o apoio aos ascendentes (5%) e a passagem à reforma (2%).

"Se é verdade que o desemprego é tradicionalmente a principal causa, embora com menor peso face ao que se verificava em 2017 (30% das situações eram causadas pelo desemprego, neste momento são 20%), há outras causas a ganharem terreno, como a questão dos negócios e investimentos mal sucedidos (...), o apoio aos ascendentes (5%) e a passagem à reforma", disse Natália Nunes.

A porta-voz do GAS explicou que "estes pequenos investimentos são de pessoas que foram confrontadas com situações de desemprego e tomaram a iniciativa de criar o seu próprio posto de trabalho e, infelizmente, há situações que não têm corrido muito bem e que levam a que as famílias agora não tenham capacidade financeira de honrar os compromissos e nos tenham vindo pedir ajuda".

"São já 6% das causas e começa a ser significativo", sublinhou.

Natália Nunes frisa ainda uma outra alteração que a Deco tem notado nas famílias que lhe

pedem ajuda e que tem que ver com a dimensão do agregado familiar.

"Nos últimos anos eram famílias de dois a três elementos, neste momento são agregados compostos por apenas um único elemento e representam já 74% das situações (pessoas divorciadas ou viúvas)", afirmou.

Outra das alterações é o aumento da taxa de esforço que as prestações mensais representam no rendimento das famílias, que já tinha manifestado uma tendência crescente no ano passado -- passando de 67% para 70% - e que este ano voltou a aumentar, chegando aos 72%.

"Isto significa que o peso das prestações de crédito no rendimento mensal das famílias está a aumentar e que no final do mês, em regra, falta dinheiro às famílias que nos pedem ajuda".

Apesar dos dados negativos, a Deco realça um ponto positivo detetado no relatório, que mostra uma redução (de 55% para 49%) do crédito em incumprimento e uma subida (de 45% para 51%) do crédito regularizado.

Segundo Natália Nunes, isto "significa que as famílias estão a pedir ajuda numa fase em que ainda se consegue resolver a situação, apesar de muito deste crédito estar, de facto, na iminência de entrar em incumprimento".

4 DE DEZEMBRO, LISBOA

CNIS faz apresentação pública do estudo «A importância Económica e Social das IPSS»

No próximo dia 4 de dezembro, o presidente da CNIS apresenta, no Museu do Dinheiro do Banco de Portugal, o livro «A importância Económica e Social das IPSS», que é a materialização do primeiro estudo feito com uma profundidade e diversidade de indicadores nunca realizado.

A cerimónia de apresentação, para além do padre Lino Maia e outros membros da Direção da CNIS, contará ainda com as presenças do Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, de elementos do Gabinete de Estatística do Banco de Portugal e, obviamente, do autor do estudo, o investigador Américo Mendes, docente da Universidade Católica Portuguesa/Porto, bem como de responsáveis políticos pela área da Solidariedade e Segurança Social.

Este é um estudo que vem consolidar algumas ideias que tidas (empiricamente) no seio do Setor Social Solidário, em geral, e da CNIS em particular, e que agora são sustentadas cientificamente.

O estudo, coordenado por Américo Mendes, surge integrado numa candidatura ao POISE e tem como principal objetivo fortalecer a CNIS para que possa responder melhor e prestar melhores serviços às suas associadas.

